



# Poder Popular



REUNIÃO DO "CC" DO MES DE 13 E 14 DE MAIO

## POR UMA RESPOSTA REVOLUCIONÁRIA E POPULAR

Reuniu nos dias 13 e 14 o CC do MES. Na reunião foi largamente discutida a situação política actual com base em informes sobre a situação do movimento sindical, da luta nos campos e da política internacional. Foi também feito o balanço da actividade político-partidária com base num informe organizativo e decidido marcar, em definitivo, para 1 e 2 de Julho a realização do I Encontro Nacional de Organização no Porto.

O CC aprovou a seguinte tomada de posição acerca da situação política actual.

1. A actual situação política caracteriza-se, em primeiro lugar, pela confirmação e institucionalização da ingerência imperialista com a acentuação das imposições ditadas pelo FMI.

A chamada "Carta de Intenções" assinada pelo governo mais não é do que uma cautela de penhor da independência económica e política de Portugal.

A política de recuperação capitalista é, acima de tudo, uma política destinada a fazer pagar a crise aos trabalhadores portugueses com a miséria e o desemprego e a colocar Portugal internamente na órbita militar, económica e política do imperialismo.

Esta é uma política de hipoteca da independência nacional. Com

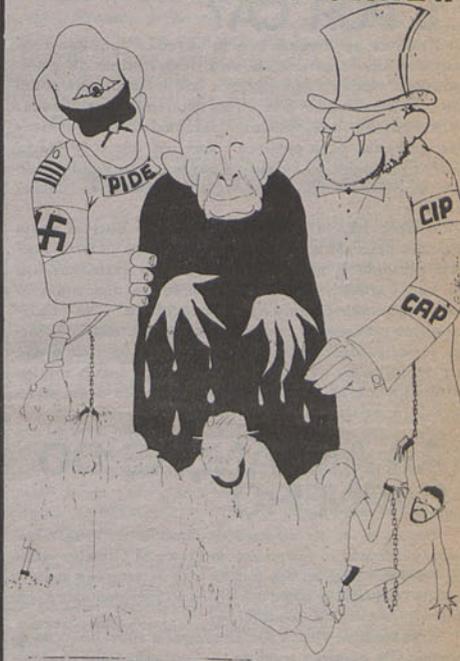
efeito o que o acordo com o FMI consagra é a sua posição de tutor económico do governo PS/CDS, que lhe concede a possibilidade de 3 em 3 meses controlar a aplicação das suas imposições. Por outro lado, e ao contrário do que o governo PS/CDS pretende fazer crer o acordo com o FMI é essencialmente político: a dimensão do empréstimo é tão pequena que não dará para mais do que um mês de importações ao ritmo actual.

O descalabro financeiro do país e o agravamento das condições de vida do povo trabalhador são o resultado imediato desta política de austeridade destinada a engordar o capital estrangeiro e o grande capital industrial e comercial nacional à custa de quem trabalha: enquanto as cooperativas, as empresas em autogestão e as pequenas empresas não obtêm crédito sem ser a juros proibitivos, o capital estrangeiro põe e dispõe e a banca acumula milhões de contos para entregar aos monopólios que viram com as nacionalizações o seu poder ser posto em causa.

2. A actual situação caracteriza-se, em segundo lugar, pelo prosseguimento das tentativas do governo PS/CDS em impor o Pacto Social, isto é, a chamada "concertação entre os parceiros sociais" visando amarrar o movimento operário e popular a uma política de redução do poder de compra dos trabalhadores e de agravamento do desemprego.

continua nas centrais

**TOMÁS NÃO É UM INOCENTE !!**



MILHARES DE JOVENS MORREBAM OU FIGARAM DEFICIENTES NA GUERRA COLONIAL DURANTE 13 ANOS.  
HOVE RESPONSÁVEIS — TOMAZ FOI UM DELES!  
MILHARES DE PORTUGUESES PASSARAM PELAS CADEIAS. FASCISTAS ONDE MUITOS MORREBAM OU FIGARAM DOENTES PARA SEMPRE.  
HOVE RESPONSÁVEIS — TOMAZ FOI UM DELES!  
ONDE O FASCISTA MANTEVE MILHÕES DE FAMÍLIAS NA MISÉRIA, NA EXPLORAÇÃO, NA INORRANCIA, NA MENTIRA, NA OPRESSÃO.  
HOVE RESPONSÁVEIS — TOMAZ FOI UM DELES!  
TOMAZ, PRESIDENTE QUE NUNCA FOI ELEITO, UM DOS CHEFES DO FASCISMO, NÃO É UM INOCENTE!  
PIDE SEM LIBERDADE — GRANDES CAPITALISTAS A SEREM INDEMNIZADOS — DISCÍPULOS DE CAETANO NO GOVERNO — VIDA CADA VEZ MAIS CARA — TOMAZ LIVRE DE REGRESSAR —  
ONDE IREMOS PARAR?  
SÓ A FORÇA ORGANIZADA DOS TRABALHADORES, SÓ A FORÇA ANTI-FASCISTA DO POVO PODERÁ ERGUER UMA BARREIRA CONTRA O REGRESSO DE TOMAZ.

**TOMÁS NÃO PODE VOLTAR A PORTUGAL!**

de São Agostinho e Prop. da D. O. C.



dia 20 de Maio Luta e Solidariedade com



o Povo Saharaui o Povo Timor

1973. Início de luta armada em Saquia e El-Hamra e Vila do Oiro



com Delegações de Fretilin e Frente Polisário

Sábado na Voz do Operário às 21 h.

Grupos corais: Fretilin Angin Timor-refugiados Indonésios José Afonso Sérgio Godinho Fausto GAC e outros



## Frei Bento Domingues ao "PP" CONDENAR O FASCISMO JULGAR A PIDE

Publicamos hoje uma entrevista que nos foi concedida por Frei Bento Domingues, destacado combatente anti-fascista, membro do actual Conselho de Imprensa e um dos elementos da Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado (TCHD).

Foi precisamente sobre esta importante iniciativa que "Poder Popular" falou com Frei Bento.

PP — Começamos pelo nome: O Tribunal Cívico Humberto Delgado será um tribunal para julgar os assassinos do general?

— O tribunal tem o nome de Humberto Delgado não porque se vá ocupar, em exclusivo, dos assassinos do general, mas porque este nome é um símbolo de luta aberta contra o fascismo e o sim-

bolo das vítimas da organização criminosa que era a PIDE. Om este tribunal cívico de opinião nasceu para combater e condenar o fascismo e julgar a PIDE.

continua nas centrais



## EURO-OPORTUNISMO À ESPANHOLA...

Em Espanha fazem-se neste momento sérios esforços para repôr o significado das palavras. Depois de Carrillo ter levado o seu partido a abandonar a auto-definição como "marxista leninista", é agora a vez de Felipe Gonzalez afirmar que vai propôr ao Congresso do PSOE o abandono da sua afirmação programática como partido marxista.

Que o tempo não está para esquerdismos...

Em nome do euro-isto ou do euro-aquilo não falta quem diga que a esquerda quanto mais à direita se põe mais se aproxima do poder! Só que por este andar quando lá chegar arrisca-se a já não ser de todo esquerda...

## ...E POR CÁ?

"Fontes, geralmente bem informadas" por nós contactadas não confirmaram nem desmentiram as especulações vindas a lume acerca dos reflexos que poderão vir a ter entre nós estas moderníssimas teses.

No entanto sabe-se que "personalidades destacadas da nossa cena política" admitem que o Dr Mário Soares proponha ao próximo Congresso do seu Partido que seja abolida do seu programa a palavra "socialismo".

Também não foi possível confirmar a notícia posta a correr segundo a qual o Dr Sá Carneiro estaria também decidido a, no próximo Congresso extraordinário do seu Partido, propôr a alteração da denominação pela supressão da palavra "Democrático". No entanto fontes próximas deste político, contactadas no Porto, foram categóricas em desmentir que estivessem a ser organizados quaisquer jogos florais com o intuito de colher ideias para a designação a dar a um novo partido a criar.

## AS ANDANÇAS DO CARNEIRO

Depois de se ter afastado da direcção do PPD, o que seria ratificado no Congresso do Porto, Sá Carneiro voltou às primeiras páginas dos jornais com declarações mais ou menos bombásticas sobre oposições ao Presidente da República e revisão da Constituição.

Esta manobra visa pôr em cheque a então direcção do partido. De momento resultou. A Comissão Política denitiu-se e os Sá Carneiristas tomaram as rédeas.

Quando foi convocada para Portalegre a reunião do Conselho Nacional era de prevêr tratar-se de mais uma peça da manobra do regresso de Sá Carneiro.

Assim não foi! No fim da tal reunião Sá Carneiro surge mais uma vez afastado da direcção do PPD. Correlação de forças desfavorável no interior do Partido? Ou desejo de estar de mãos livres para outras aventuras a que não são alheios "velhos genemas" e alguns políticos alemães?

## TOMÁS ROSA: ESCUTEIRO DO OCIDENTE

Por ocasião da visita de Brejnev à Alemanha Federal, Tomás Rosa deslocou-se a aquele país em nome da Conferência de Lisboa contra a Ameaça Russa (?!?) para aí realizar um comício "de protesto e de denúncia".

Mas não foi fácil a este intrépido cavaleiro da civilização ocidental desempenhar-se da sua tão louvável missão.

Chegado ao seu destino, não conseguiu arranjar sala para o tal comício, pelo que acabou por falar em improvisada barraca de campismo.

Enfim, uma barracada pegada...



## jogadas à direita do cds

Um largo conjunto de realizações mobilizou, na passada quinzena, as forças de direita e extrema-direita. O descontentamento que ronda as bases e orlas fascistas e fascizantes do CDS e PPD abriu terreno para o lançamento de diversas jogadas políticas.

Em primeiro lugar tivemos a marcação dum interessante jantar patrocinado por Franz Strauss (do CDU da Alemanha Federal) que reuniria Sá Carneiro, Kaulza, Silvino Silvério Marques e Bettencourt Rodrigues. O imperialismo alemão parece atacar em todas as frentes..

Depois vieram as "destemidas" afirmações de Kaulza - "Socialismo, Comunismo e centrismo terão de ser banidos de Portugal se quisermos que o país progrida e recupere a sua liberdade...".

Tivemos ainda as andanças de Tomás Rosa que, entemeando com a sua via-

o 1º ministro, e que hoje se encontra na presidência do PDC que também aproveitou a deixa para realizar o seu comício de reaparição pública. As frases, umas ambíguas outras sem sentido, de Pinheiro de Azevedo foram abafadas por outros 10 discursos abertamente fascistas com especial mérito para Valdez dos Santos, actual Secretário geral do PDC.

## O QUE PENSAR DE TUDO ISTO?

Em primeiro lugar que o CDS está cada vez mais apertado e em dificuldades para segurar o barco. A força destas novas e velhas organizações de extrema-direita virá da capacidade que tiveram para ganhar toda essa base de fascistas convictos e encapotados que, até a alguns tempos, navegavam nas mesmas águas de Freitas do Amalal.



gem à Alemanha como destacado membro da reacção Conferência de Lisboa sobre a "Ameaça Russa", anunciou a criação do MDN - Movimento Democrático Nacional - parecendo, assim, desgostar Sá Carneiro que o esperava ver a seu lado no PSD já renovado após o Congresso de 1 e 2 de Julho.

E não faltou o almirante "Sem Medo", o homem que o oportunismo do PS levou

Em segundo lugar que existe uma tentativa de confluência tática das forças de oposição de direita do governo PS/CDS que não se confunde com opções estratégicas comuns. O próprio Kaulza quiz deixar as coisas bem claras - "O Dr. Sá Carneiro terá um programa de esquerda que poderá salvar Portugal; nós temos um programa de direita que, a nosso ver, salvará mais depressa o país."

## o pcp e o euro-comunismo

Em clara resposta ao reforço do chamado euro-comunismo em muitos países da Europa e, em especial, à recente "desleninização" do PCE, Alvaro Cunhal apressou-se a reafirmar a sua fidelidade à URSS que

comício partidário de amizade com o PCUS.

Para além das meras afirmações de princípio e de tom dos discursos-acusações directas e indirectas aos "partidos operários que tendem a colocar o pa-

letariado como simples apêndice da democracia burguesa oficial" e reafirmação ideológica "marxista-leninista" - interessa perceber aquilo que, no fundo, porventura dividirá o PCP do "euro-comunismo".

Produto da crise capitalista (nomeadamente na Europa do Sul) e da crise do "modelo soviético", o "euro-comunismo" representa uma nova e importante fase histórica do revisionismo moderno e do Movimento Comunista Internacional caracterizada por uma relativa independência desses partidos operários face ao PCUS, pela sua transformação social-democrata, pela sua total integração nos jogos da democracia e aparelho de Estado burgueses.

Assim, o que diferenciara o partido de Cunhal do de Carrilho ou de Berlinguer?

Em primeiro lugar a tradição estalinista que se mantém no PCP e a sua estreita obediência à União Soviética.

Lembre-se que o PCP foi o primeiro a dar um apoio explícito à invasão da Checoslováquia pelo exército russo.

Por outro lado, se é um facto que o PCP não é uma força revolucionária que lute pela transformação radical da sociedade capitalista, que tem igualmente concepções táticas e estratégicas reformistas, representa a mesma traição ao leninismo, a mesma conciliação de classe, e agente do Pacto Social com a burguesia e o poder monopolista,

tem no entanto ainda uma relação com a luta operária e popular diferente da dos PCs "euro-comunistas".

O PCI, por exemplo, determina a sua tática fundamentalmente a partir do jogo parlamentar e das diferentes clientelas eleitorais, tendo já uma concepção institucionalizadora da luta operária através dos grandes aparelhos sindicais perfeitamente integrados na lógica do aparelho de Estado burgueses.

O PCP ainda que vá na mesma direcção encontra um movimento operário com uma experiência ainda recente de democracia burguesa e, obviamente, a situação política portuguesa é diferente da italiana ou da francesa. É assim que o PCP não despreza a dinâmica do movimento popular, antes a tenta controlar e canalizar para ganhar força contratual nos seus jogos de poder e de conciliação com a burguesia.

É isso que lhe permite aparecer com uma roupagem "mais combativa"...

Mas também para o PCP não se trata de accionar o movimento de massas para relançar a ofensiva popular com objectivos de poder, mas tão só de ganhar mais este ou aquele ponto nas conversações com o poder, mais este ou aquele lugar no aparelho de Estado burgueses.

Hoje o PCP critica o "euro-comunismo" mas lá vai tirando a "ditadura do proletariado" do seu programa e prosseguindo uma política revisionista.

## a vinda de Tomás não ficará sem resposta

Eanes diz que não quer que haja exilados. Vai daí comunica que Américo Tomás pode regressar a Portugal visto não haver nenhum processo-crime contra ele...

Isto acontece (e não por acaso...) em vésperas da deslocação de Eanes ao Brasil e após fortes pressões, nomeadamente da colónia portuguesa ali estabelecida.

Tudo isto será muito bonito mas é... incrível!

Ou será (finalmente!) o reconhecimento oficial de que o fascismo, afinal, nunca existiu? A decisão de Eanes só pode compreender-se se considerarmos que a Pide, a censura, Caxias, o Tarrafal, as chacinhas nas

colónias, as perseguições e as torturas nunca passaram de invenção de alguns esquerdistas mais exaltados! só assim é possível não haver nenhum processo-crime contra o chefe máximo do regime fascista, presidente da República após "vencer" Humberto Delgado em eleições-burla e que sempre foi um dos chefes de file dos "ultras" do regime.

A decisão de Eanes é um insulto e uma provocação a todos os antifascistas e a todos os trabalhadores que lutaram e sofreram e foram ferozmente explorados e oprimidos pela ditadura fascista.

É um insulto e uma provocação que não ficarão sem resposta!

**CONTRA A REVERSÃO CAPITALISTA DAS ESCOLAS**

**POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO CRÍTICO E CIENTÍFICO.**

**III CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTUDANTES**

20 e 21 MAIO  
**MES**  
COIMBRA

**SESSÃO PÚBLICA FINAL**

COM O CAMARADA **CC JACINTO RODRIGUES**  
"O MAIO DE FRANÇA"

**ALBERTO MARTINS**  
PRESIDENTE DA DCAJAG-99  
"O MAIO DE E. A. LUTA ESTUDANTIL EM PORTUGAL"

E UM CAMARADA **DIRIGENTE ESTUDANTIL**  
"CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA"

**SESSÃO CULTURAL**

COM **JOSÉ RICARDO MARTINHO**  
DE BRAS.

**TEATRO DAS LETRAS** 21 MAIO 16 H.

**10 ANOS DEPOIS**  
MAI 68

dos estudantes e das escolas, já que um objectivo principal reside no esforço que estamos já desenvolvendo para concretizar para a luta estudantil as palavras de ordem e objectivos políticos gerais de que o nosso Partido é portador.

É na definição do nosso Programa de luta que esta nossa III Conferência Nacional ganha a sua importância quer para o nosso Partido quer para o M.E. em Portugal.

A III Conferência Nacional é importante para o nosso Partido como um todo porque ela vai apontar os objectivos da Resistência Popular Activa para as escolas dando assim um precioso contributo para a clarificação dos objectivos que o nosso IIIº Congresso definiu, sendo assim um passo decisivo para o fortalecimento e crescimento partidário nesta frente de luta assim como para o enraizamento dos estudantes comunistas do MES no seio da juventude estudantil.



**ENTREVISTA COM O CAMARADA PEDRO PAIS**

A III Conferência Nacional é importante para a luta estudantil em Portugal, porque sendo o MES uma organização com fortes tradições e responsabilidades na luta política dos estudantes, ela será um impulso decisivo para que o ME se dotar novamente de objectivos políticos capazes de desgastar a acção direita e anti-popular e de subordinação ao imperialismo deste governo PS/CDS, como passo fundamental para o ME se integrar no movimento popular.

A importância desta nossa III Conferência para a luta estudantil reside no facto de ela ir definir o processo de afirmação e consolidação da direcção revolucionária contra a política de recuperação capitalista das escolas cuja peça fundamental é sem dúvida a sua reestruturação

tecnocrática e autoritária em preparação, a qual será votada na AR antes do novo mandato legislativo.

Neste longo processo os revolucionários terão que ter firmeza no combate aos que, quer pela sua prática de conciliação quer pela sua prática ultra-radical, reduzindo a luta estudantil ao terreno reivindicativo, se tornarem adversários para a concretização das tarefas para erguer a Resistência Activa nas escolas.

**PP - Qual tem sido a preparação prévia das nossas estruturas para a III Conferência?**

Pedro Pais - A III Conferência na prática já se iniciou, porque faz parte dos nossos métodos de trabalho não reduzir realizações partidárias deste género aos próprios dias em que se realizam. Ou seja, todas as estruturas iniciaram já há algumas semanas o debate preparatório que no entanto sofreu um impulso renovador com a divulgação das bases programáticas da responsabilidade da direcção do sector. Todo este processo iniciou-se em Fevereiro com a elaboração de inquéritos à situação das escolas e dos estudantes que foram trabalhados por 30 estruturas regionais e que contribuíram muito para que a própria direcção fosse capaz de elaborar todo o material base de discussão, o qual abrange um conjunto de questões importantes para o Movimento Estudantil e para a acção partidária dos estudantes do MES.

A III Conferência, sendo fechada na sua realização, foi no entanto aberta na sua preparação a camaradas amigos e simpatizantes do nosso Partido, a camaradas que conosco trabalham no seio dos estudantes e do Movimento Associativo. Esta abertura do debate foi feita ao nível das células de escola e também ao nível das 4 cooperativas regionais que foram determinadas em regiões onde o nosso trabalho é mais forte: Lisboa, Porto, Beira Litoral.

**CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS**

Todos os camaradas e amigos do MES devem desde já começar a preparar-se para fazer desta campanha um grande êxito político, organizativo e financeiro. No "PP" 73 daremos mais pormenores.

**IMPORTANTES VITÓRIAS EM LETRAS E ECONOMIA DO PORTO**

Na passada 3ª-feira terminaram as eleições associativas para a D.A.E. de Letras do Porto com a vitória esmagadora (não necessitando sequer de 2º volta) da lista C de ampla unidade democrática. A direita ficou assim arredada da Associação já que as listas A (MIRN, CDS, PPD) e B (MRPP) não tiveram o apoio da massa estudantil.

As recentes eleições para a Associação estudantil da Faculdade de Economia do Porto confirmaram a correcção do trabalho desenvolvido pela anterior direcção associativa e o apoio massivo dos estudantes à linha revolucionária no M.E.

Na primeira volta enquanto a lista apoiada pela UEC obteve 208 votos e a do PPD e direita - 335, a lista apoiada pela anterior direcção obteve logo 539 para na segunda volta ganhar folgadoamente com 693 votos contra 377 (do PPD).

Assim a DAE de Economia do Porto manter-se-á como um dos baluartes do combate estudantil contra a política do MEIC e um dos poderes impulsionadores da RIA do Ensino Médio e Superior.

**ASSINATURA**

**Poder Popular**

Journal Quinzenal  
Sai às 5.ªs feiras  
Propriedade  
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção  
Av. D. Carlos I - 132, Lisboa  
Telefone 66 26 29  
Impressão  
Renascença Gráfica S.A.R.L.  
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00  12 meses 130\$00   
apoio 250\$00   
estrangeiro Europa 500\$00

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_

ENVIO CHEQUE N.º \_\_\_\_\_ BANCO \_\_\_\_\_  
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º \_\_\_\_\_

**Notícias do MES**

**INICIATIVAS SOBRE A QUESTÃO DA MULHER**

À semelhança do que já tinha acontecido em Ovar, Porto e Viana do Castelo realizou-se no dia 13 em Portalegre uma reunião de trabalho do secretariado da Comissão Nacional para a Questão da Mulher (CNQM) e camaradas do Comité Local destacadas para esta frente.

Desta reunião saiu um plano de trabalho a curto prazo, de onde ressalta, entre outras iniciativas, a realização para Junho de um Encontro para Formação de Quadros com vista à intervenção sobre a condição da mulher.

**COMÍCIO EM TOMAR**

Com cerca de 60 pessoas na sala dos Bombeiros, realizou-se em Tomar um Comício do MES subordinado à análise da actual situação política e às tarefas dos revolucionários.

Depois do camarada Rogério de Jesus ter falado sobre a necessidade imperiosa da unidade de classe contra a recuperação capitalista, José Henriques do Comité local faria uma importante análise da situação local e das perspectivas de acção política na região, seguindo-se a intervenção do camarada Nuno Teotónio Pereira, que em nome do CC, fez uma exposição acerca da actual fase política nacional e internacional. Durante um largo período seguiu-se um vivo debate entre

**Notícias do MES**

os camaradas da mesa e os trabalhadores presentes no comício

**"PORTALEGRE: 4º ANIVERSÁRIO"**

O Comité Local de Portalegre leva a efeito no próximo fim de semana, um conjunto de realizações comemorativas da passagem do 4º Aniversário sobre o início da acção partidária na região do Alto Alentejo.

Das iniciativas a levar a cabo constam, para além das actividades de confraternização, como um jogo de futebol seguido de almoço, uma venda directa de produtos da terra, uma sessão cultural e, a culminar, um comício que contará com a presença de camaradas do Comité Central e onde serão expostas as posições do nosso partido relativamente aos últimos acontecimentos da vida política nacional e internacional.

**O MES PRESENTE NA CONFERÊNCIA SOBRE SOCIALISMO AUTOGESTIONÁRIO**

Respondendo ao convite que lhe tinha sido dirigido pela BASE-FUT para estar presente na I Conferência Nacional "Por um Socialismo Autogestionário" promovida por aquela organização, o nosso partido compareceu àquela realização tendo apresentado uma saudação onde reafirmava "a nossa confiança que sabereis encontrar ao

**Notícias do MES**

longo dos trabalhos desta Conferência novas propostas e contributos para o avanço da Resistência Popular, da unidade revolucionária e da Unidade Popular, tarefas decisivas da hora presente".

**SAIU "O CONE Nº 3"**

Acaba de sair o 3º número d'"O Cone" - jornal do MES para o sector têxtil, especialmente dedicado à divulgação das posições do partido para o IIº Congresso Têxtil.

**A DORP TOMA POSIÇÃO FACE ÀS ACTUAÇÕES SECTÁRIAS NAS MANIFESTAÇÕES DE MASSA**

Em comunicado de imprensa de 3 de Maio a Direcção da Organização Regional do Porto do MES saudava a grande mobilização das Jornadas do "25 de Abril" e 1º de Maio que "constituíram impressionante demonstração da combatividade e activa resistência populares face à política anti-popular do governo com o CDS e aos ataques contra as conquistas de Abril".

No mesmo comunicado a DORP alerta para a gravidade de actuações sectárias e divisionistas por parte do PCP. Efectivamente na "Marcha da Liberdade"

o PCP desenvolveu uma campanha caluniosa e divisionista que culminou com a publicação de um comunicado da sua Comissão Distrital nos jornais de 20 de Abril, procurando identificar partidariamente esta jornada unitária e atribuindo-lhe levemente objectivos fantasiosos de divisão e demagogia".

"Também no decurso da grande manifestação do 1º de Maio reconhecidos militantes do PCP destruíram violentamente cartazes de trabalhadores da banca, da Metalúrgica F. Moucho, das Associações de Moadores de Bouça e Rio Tinto e da Reunião Inter-Associações do Ensino Médio e Superior com palavras de ordem - contra o Pacto Social, a política de direita do governo e a divisão sindical".

A DORP do MES denuncia assim "estas actuações sectárias que são fruto da campanha orquestrada que o PCP tem desenvolvido ultimamente contra organizações democráticas e revolucionárias, a pretexto do combate a uma "extrema-esquerda que nunca define claramente".

"Esta actuação do PCP visa encobrir a conciliação que vem praticando com os Partidos do governo, aceitando muitos dos requisitos do Pacto Social e dirigem essa campanha contra todas as forças que se opõem consequentemente ao Pacto Social".

# O QUE VAI SER O TRIBUNAL CÍVICO HUMBERTO DELGADO

FP— Não haverá confusão na opinião pública entre tribunais estatais e o tribunal cívico Humberto Delgado?

— Esta confusão é possível dado que se trata em Portugal da primeira iniciativa deste género e também porque durante o fascismo não era permitida uma informação correcta acerca de tribunais de opinião de outros países. Mas é uma confusão fácil de vencer e que tanto pela acção do tribunal como pelo trabalho dos órgãos de informação se está a ultrapassar. Para abreviar razões diria que os tribunais estatais, de acordo com as leis vigentes, julgam processos de crime individualizados. O tribunal de opinião Humberto Delgado também pronuncia uma sentença, baseada em documentos rigorosamente tratados, mas como instrumento da opinião pública e sobre uma organização criminosa, braço de um regime criminoso.

PP— Não respondeu bem à questão... Já lá vou. É preciso não esquecer que a PIDE era uma organização que actuava sobre organizações políticas, cívicas, culturais, sindicais, profissionais, estudantes, etc. para criar o medo nos cidadãos de participar de forma activa na vida do país com responsabilidade. Dessa forma a PIDE não era uma organização que actuava só directamente combinada com a censura, agia pelo terror e pela ignorância sobre todo o povo tentando criar uma tradição de desinteresse e de afastamento da política para desviar o povo das lutas contra a exploração organizada. O maior crime da Pide, no meu entender, não é o crime de ter morto, espancado, torturado milhares de cidadãos portugueses por mais bárbaros nem o povo português no seu conjunto mas de organizar formas de expressão do julgamento da opinião pública.

PP— Explícite melhor... Os democratas e anti-fascistas que ergueram o tribunal cívico Humberto Delgado verificaram que muitos cidadãos têm de baixo dos olhos por um lado, a afirmação crescente de correntes anti-democráticas, autoritárias e fascistas que sonham com o 24 de Abril e fazem aberta e despudoradamente propaganda do regime que explorou o povo português e o lançou para longos anos de guerra colonial; por outro, milhares de pides, braços executantes do fascismo, andam à solta podendo organizar-se à vontade, e aqueles que foram condenados recebem penas ridículas em relação à qualidade de membros de uma organização criminosa e agentes do crime para tal preparados numa escola especializada. Mais ainda: a forma como se tem realizado o processo de julgamento dos pides serve apenas para diluir, dissolver na opinião pública o que foi realmente a acção dessa organização da repressão.

PP— Nesse sentido o tribunal deveria ser constituído pelas vítimas da Pide... Sen dúvida e é o que acontece. Explico-me: Quando em 27 de Maio de 1977 um grupo de democratas e anti-fascistas das mais variadas correntes, em franco clima de unidade e varrendo com um qualquer processo sectário ergueram o tribunal cívico pretendiam levantar uma barreira contra a situação que acabei de apontar. Mas nunca pensaram esses democratas e anti-fascistas onde surgiria o juri para as sessões de julgamento, que eram eles que iam julgar a Pide e condenar o fascismo. A sentença sobre o fascismo e a PIDE foi dada pelo povo português na clamorosa adesão ao 25 de Abril. O tribunal é apenas o instrumento, o órgão utilizado para dar voz ao pedido de justiça que brotou do povo no 25 de Abril. Ora o que hoje agra-

tec e é isto: certos órgãos de informação fascista que gozam da liberdade do 25 de Abril para o enterrar, gozam das liberdades democráticas para as matar, tendem a fazer dos criminosos vítimas e das vítimas criminosos. O tribunal cívico está a procurar que tudo seja reposto na verdade da justiça e acabar com enganos e meios enganosa.

PP— Não respondeu bem à questão... Já lá vou. É preciso não esquecer que a PIDE era uma organização que actuava sobre organizações políticas, cívicas, culturais, sindicais, profissionais, estudantes, etc. para criar o medo nos cidadãos de participar de forma activa na vida do país com responsabilidade. Dessa forma a PIDE não era uma organização que actuava só directamente combinada com a censura, agia pelo terror e pela ignorância sobre todo o povo tentando criar uma tradição de desinteresse e de afastamento da política para desviar o povo das lutas contra a exploração organizada. O maior crime da Pide, no meu entender, não é o crime de ter morto, espancado, torturado milhares de cidadãos portugueses por mais bárbaros nem o povo português no seu conjunto mas de organizar formas de expressão do julgamento da opinião pública.

PP— Explícite melhor... Os democratas e anti-fascistas que ergueram o tribunal cívico Humberto Delgado verificaram que muitos cidadãos têm de baixo dos olhos por um lado, a afirmação crescente de correntes anti-democráticas, autoritárias e fascistas que sonham com o 24 de Abril e fazem aberta e despudoradamente propaganda do regime que explorou o povo português e o lançou para longos anos de guerra colonial; por outro, milhares de pides, braços executantes do fascismo, andam à solta podendo organizar-se à vontade, e aqueles que foram condenados recebem penas ridículas em relação à qualidade de membros de uma organização criminosa e agentes do crime para tal preparados numa escola especializada. Mais ainda: a forma como se tem realizado o processo de julgamento dos pides serve apenas para diluir, dissolver na opinião pública o que foi realmente a acção dessa organização da repressão.

PP— Nesse sentido o tribunal deveria ser constituído pelas vítimas da Pide... Sen dúvida e é o que acontece. Explico-me: Quando em 27 de Maio de 1977 um grupo de democratas e anti-fascistas das mais variadas correntes, em franco clima de unidade e varrendo com um qualquer processo sectário ergueram o tribunal cívico pretendiam levantar uma barreira contra a situação que acabei de apontar. Mas nunca pensaram esses democratas e anti-fascistas onde surgiria o juri para as sessões de julgamento, que eram eles que iam julgar a Pide e condenar o fascismo. A sentença sobre o fascismo e a PIDE foi dada pelo povo português na clamorosa adesão ao 25 de Abril. O tribunal é apenas o instrumento, o órgão utilizado para dar voz ao pedido de justiça que brotou do povo no 25 de Abril. Ora o que hoje agra-

que sejam esses crimes. O maior crime é o ter sido o instrumento treinado numa escola especializada do regime que, para subsistir, tinha de cometer diariamente o crime de impedir os portugueses de serem portugueses. Um crime que fez vítimas como estas: "a pida só se metia com quem se metia em política. A mim não me fez mal nenhum". Para mim este é um dos maiores crimes. É o crime de genocídio cívico. Ora é evidente que era preciso uma iniciativa que ofereça condições objectivas para novamente repôr a verdade sobre o fascismo e sobre a Pide. Não de substituir as vítimas da Pide individualizadas

Ajuda, etc. De formas diversas tem desenvolvido bom trabalho em ligação com o secretariado executivo constituído por 6 elementos da Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado mas numa total liberdade de modos de trabalho e funcionamento. PP— O tribunal tem recebido o apoio que a Comissão organizadora esperava? — Distingamos: nos contactos que estabeleceu com entidades oficiais, com partidos e associações antifascistas, com sindicatos e Associações profissionais, o acolhimento da iniciativa tem

nem o povo português no seu conjunto mas de organizar formas de expressão do julgamento da opinião pública.

PP— Como está organizado o tribunal para conseguir esses objectivos? — O órgão máximo é a Comissão Organizadora, responsável pela orientação geral de todo o trabalho, constituída por 60 democratas e antifascistas que se reúne periodicamente e onde surgirá o juri que em princípio será constituído por 21 elementos e que se rege por estatutos aprovados em Assembleia Geral.

Dispõe de grupos de trabalho: o grupo de recolha de depoimentos, o grupo de análise de depoimentos e documentação, o grupo médico e o grupo jurídico, e o grupo que produz o Boletim do TCHD. Elementos fundamentais na dinamização da opinião pública são as comissões de apoio ao TCHD como por exemplo as comissões de apoio de: S. João de Brito, Trafaria, Cova da Piedade, Ponte de Sôr, Campolide, Lisboa, Ensino Secundário e Superior, Coimbra, Benfica, Agronomia, Banco Borges, Cuf, Barcelos, Queluz, Baixa-da-Banheira,

me de liberdades que negam aos outros. PP— Quer dizer mais alguma coisa? — Apenas agradecer ao "Poder Popular" a oportunidade que ofereceu ao Tribunal Cívico Humberto Delgado de se dirigir aos seus leitores. E pedir aos leitores que mobilizem o maior número de democratas para um apoio firme aos objectivos do TCHD numa colaboração activa na formação de Comissões de apoio e nos trabalhos que as sessões de 27-28 de Maio vão exigir como na recolha de fundos.



# A «carta de intenções» para o FMI não é senão uma cautela de pénhor da independência do país

continuação da pág. 1

Para concretizar esta política do governo de direita PS/CDS conta com a chantagem da ameaça do desemprego e com a aplicação da velha receita de dividir para reinar. Assim se intensificam as manobras, embora com menor espalhafato que a falhada "Carta Aberta", tendentes à formação de uma segunda central sindical capaz de enfraquecer a resistência sindical às medidas governamentais e patronais da recuperação capitalista. Assim se intensificam os despedimentos que atingem hoje mais de 45 trabalhadores por dia.

Neste sentido o governo tenta surgir como tendo satisfeito algumas das reivindicações apresentadas pelo movimento sindical — salário mínimo, pensões, subsídio de desemprego, vigência das tabelas salariais para 12 meses. Mas, ao mesmo tempo, faz subir cada vez mais os preços e aponta cada vez mais descaradamente a repressão patronal como nas mais recentes desintervenções que entregaram empresas importantes a capitalistas sabotadores ou nas centenas de dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores alvo de despedimentos colectivos.

Se em 1977 os preços subiram 30% e os salários 15% o povo português sabe bem que por trás da demagogia de direita do governo PS/CDS se esconde a tentativa de agravar ainda mais as suas condições de vida.

3. A actual situação política caracteriza-se, em terceiro lugar, por uma cada vez mais nítida e aberta avançada do direito reacção e fascista a coberto da política de recuperação capitalista patrocinada pelo imperialismo e posta em marcha pelo governo PS/CDS.

É esta a política que tem permitido a tolerância para com os Pides e os bombardeios e o recrudescimento das actividades e manifestações fascistas com as evocações saudosistas de Salazar nos comícios e na propaganda das forças reacção-fascistas. É esta a política que não tem combatido com firmeza o separatismo nos Açores e na Madeira e permite que muitos dos crimes do fascismo fiquem impunes.

No entanto esse é um aspecto secundário do reagrupamento de forças de direita que se está a dar em torno da figura de Sá Carneiro e visando, desde já, a revisão da Constituição, a reposição integral da hierarquia militarista e a substituição do Presidente da República.

Esta tendência da direita civil que se apoia em sectores do capital industrial representados na CIP, procura precipitar a crise económica e social propondo abertamente um regime autoritário e repressivo como o melhor caminho para alcançar a estabilidade da dominação burguesa e a destruição das conquistas populares que o 25 de Abril tomou possíveis.

Pelo seu lado, o CDS — partido herdeiro do Marcelismo — tenta pacientemente ganhar um veniz democrático com a sua participação no II Governo do Dr. Soares, que lhe permita a médio prazo retirar dividendos em votos e, sobretudo, em lugares no aparelho de Estado e nos meios de comunicação social, desta aliança táctica com a social-democracia.

Na direita civil e militar vemos vários chefes e partidos desenvolverem duas fôrças com um só objectivo: liquidar as conquistas populares e a Constituição que as consagra, limitar fortemente as liberdades políticas e sindicais e subjugar de novo o povo português a um regime de intensa exploração e opressão ao serviço do capitalismo.

O MES repudia e condena, assim, a posição assumida pela Presidência da República ao convidar Américo Tomás para regressar impune, o que só pode favorecer a avançada da direita reacção e fascista e os objectivos dos que pretendem fazer esquecer os crimes da PIDE e do fascismo.

4. A actual situação caracteriza-se, em quarto lugar, pelo desenvolvimento duma política ultra-sectária pelo PCP sob a capa da luta contra o "esquerdismo" num momento em que a direita avança e a sua política reformista de conciliação se mostra incapaz de mobilizar os trabalhadores.

Apregoando vitórias numa altura em que as condições de vida do povo trabalhador são substancialmente agravadas, continuando a procurar na colaboração de classes respostas parciais para uma crise que, do ponto de vista popular, só pode ter uma resposta global erguida pacientemente através da luta, o PCP procura alçar-se à posição de único representante político dum movimento operário reduzido à dimensão de "parceiro social" e submetido estreitamente aos objectivos político-partidários da sua política reformista e conciliatória.

Neste caminho o PCP tem travado a mobilização popular contra a política de direita em marcha, dificultando o alargamento da unidade sindical e popular e, pelo sectorismo divisionista, tem contribuído para entregar sindicatos de grande importância às forças da cisão sindical, como nas recentes eleições dos Bancários do Sul e dos Escritórios de Aveiro, entre outros. Neste caminho o PCP tem intensificado a sua campanha divisionista e sectária contra todas as movimentações que não controla ou fogem aos limites conciliatórios da sua táctica: a campanha anti-esquerdista do PCP não passa de um radicalismo de palavras e de um sectarismo de actos que acaba, afinal, por alimentar o verdadeiro esquerdismo.

O MES dá toda a importância ao necessário combate contra o esquerdismo e o aventureirismo político mas não o confunde com a proclamação e a calúnia que só servem para favorecer os inimigos da democracia, da liberdade e do socialismo.



5. As recentes jornadas de luta do 25 de Abril e do 1º de Maio revelam uma clara separação entre a luta política e a luta económica cuja união, numa fase de resistência como a que vivemos, é de enorme importância. Separação que reflecte a preponderância da política conciliatória do PCP no seio do movimento operário e popular.

As grandiosas manifestações do 1º de Maio demonstram uma evidente contradição entre a crescente mobilização dos trabalhadores para o protesto e para a luta económica contra as medidas anti-populares do governo PS/CDS e a direcção reformista que a transforma em pólvora seca retirando-lhe eficácia e impacto.

As grandiosas jornadas do 25 de Abril e do 1º de Maio apontam com evidência a necessidade de unir solidamente a luta económica pelo salário e pelo emprego com a luta política pelas conquistas po-

pulares como único caminho que pode conduzir ao avanço da resistência popular contra a recuperação capitalista. Sem unificação das lutas, sem enguar um bloco unido e coeso contra a ofensiva burguesa, o movimento popular em geral e o movimento sindical em particular jamais criará a força necessária para abrir novas perspectivas de luta e resistência do povo trabalhador e conter de vez a ofensiva da direita reacção-fascista, limitando-se a repetir formas e objectivos de luta insuficientes.

6. A prevalência da actual situação de democracia burguesa limitada, embora com um reforço do autoritarismo burguês e abrindo caminho a toda a espécie de manobras da direita reacção e fascista, permite e exige dos revolucionários uma resposta firme.

Para o MES essa resposta assenta em dois pilares fundamentais. Um é o trabalho paciente dos revolucionários na defesa das conquistas alcançadas, no reforço do movimento sindical na luta contra a cisão e o pacto social, no levantamento da resistência popular activa contra a política de direita do governo PS/CDS e a ingerência imperialista em todas as frentes em que ela se abate sobre o povo trabalhador. Outro é o desenvolvimento duma firme política de unidade na acção de todas as forças anti-fascistas e revolucionárias interessadas em enfrentar em conjunto a frente de luta contra a direita reacção e fascista e a frente de luta contra a recuperação capitalista e o Pacto Social.

Sem uma unificação a nível nacional das lutas regionais e sectoriais não será conquistado o direito à negociação colectiva que o governo e o patronato querem negar, não serão conquistados aumentos salariais nem revistas os CCT's, não serão obtidas garantias contra os despedimentos...

Para o MES só um processo de unificação das lutas em torno das revisões salariais e da conquista dos CCT's a nível nacional que impõe a convocação de uma jornada nacional de luta, mas que não se esgota nela, pode responder eficazmente ao Pacto Social que o governo PS/CDS quer impor.

A defesa consequente das conquistas populares e a defesa na prática da Constituição que as consagra são o caminho seguro para, na actual fase de resistência, travar a ofensiva burguesa e reacção-fascista contra as liberdades alcançadas, contra a intervenção activa dos trabalhadores nos vários planos da vida económica e política do país.

O MES combatirá activamente todas as formas de reforço do autoritarismo burguês, seja no sector do aparelho repressivo do Estado, seja no plano da dominação ideológica e cultural do povo trabalhador.

Neste campo urge impor o enfraquecimento das posições que reacção e fascistas detêm nos tribunais e combater o militarismo reacção-fascista que procura repor nas forças armadas a ordem do fascismo, tal como importa mobilizar amplos sectores populares, em particular as mulheres e os jovens, contra as novas formas de obscurantismo que visam fazer aceitar ao povo os efeitos da política de recuperação capitalista.

Em todas as frentes da Resistência Popular, na defesa das liberdades alcançadas e do nível de vida do povo trabalhador, na luta contra o pacto social de miséria e desemprego, cabe aos revolucionários um insubstituível papel em encaminhar de forma segura e realista o movimento popular para formas superiores de luta, condições indispensáveis para que uma resposta revolucionária e popular para a crise capitalista possa ir ganhando corpo e força.

O COMITÉ CENTRAL DO M.E.S.

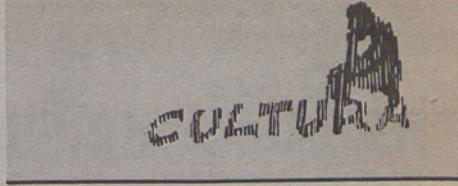
# O SIGNIFICADO DO ACORDO COM O FMI

O Governo PS/CDS acaba de aceitar as imposições do FMI para acelerar o processo de recuperação capitalista. Fica, assim completado o chamado Pacote 3, isto é, o conjunto de sucessivas medidas tomadas por este Governo antes e depois da assinatura da «Carta de Intenções» do FMI.

- 1) Subida generalizada dos preços.
2) Corte drástico das despesas sociais do Estado.
3) Desvalorização das empresas públicas que funcionam cada vez mais como fonte de acumulação para o capital privado à custa dum crescente exploração dos trabalhadores.
4) Desvalorização do escudo.
5) Subida da taxa de juro e limitação do crédito.
6) Cotação «firme» dos salários

7) Estagnação da produção. Com este conjunto de medidas pretende atingir-se como principal objectivo a redução do saldo negativo da balança de pagamentos. No entanto, sendo o FMI gerido pelos países que são responsáveis pela dominação económica que exercem sobre o nosso país, por esse facto devemos encontrar aí a primeira razão para duvidar da eficácia desta conjunto de medidas para atingir esse objectivo. É, aliás, a própria experiência que nos mostra isso: em 1977, com os Pacotes 1 e 2 sugeridos pelo FMI o saldo negativo da balança de pagamentos aumentou para o dobro. A conclusão a tirar é a de que Portugal, para enfrentar concretamente os problemas económicos que tem, só pode seguir uma via: a via da independência nacional, isto é, a via de pôr em causa a dependência comercial, financeira e tecnológica a que está submetido que passa, necessariamente, por seguir o exemplo de outros países que recusaram as receitas desastrosas do FMI. Em 1977 registaram-se cerca de 16 000 despedimentos colectivos em grande parte como resultado da política de aumento da taxa de juro que cria

dificuldades inultrapassáveis às pequenas e médias empresas dos sectores em crise. Em 1978 com estas novas medidas esse valor pode atingir facilmente o triplo. Em todas as frentes da Resistência Popular, na defesa das liberdades alcançadas e do nível de vida do povo trabalhador, na luta contra o pacto social de miséria e desemprego, cabe aos revolucionários um insubstituível papel em encaminhar de forma segura e realista o movimento popular para formas superiores de luta, condições indispensáveis para que uma resposta revolucionária e popular para a crise capitalista possa ir ganhando corpo e força. Em 1977 o escudo foi desvalorizado de diversas maneiras (duma só vez ou de forma rastejante) e o resultado foi um aumento do saldo negativo nas contas com o estrangeiro. É que uma economia dependente como a economia capitalista portuguesa necessita de importar maquinaria e matérias-primas e imediações para exportar e uma desvalorização do escudo



## MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

### E CONFORMISMO SOCIAL

A escalada tecnológica capitalista arrasta necessariamente uma acentuação da divisão do trabalho. Fenómeno que, como as medalhas, apresenta duas faces contraditórias e complementares: a parcelização e a socialização do trabalho.

Dum lado, cada produtor vê-se confinado a um papel cada vez mais especializado, limitado, demarcado e fragmentado, num aparelho de produção cada vez mais vasto e complexo. Do outro lado, esta parcelização toma-o cada vez mais dependente daquilo que é o todo social.

Assim, paradoxalmente, enquanto a socialização crescente do trabalho associa cada vez mais cada produtor ao conjunto dos outros, a parcelização das tarefas o isola. Quanto mais a parte da sua vida social — a que mais releva da política — aumenta, tanto menos ele tem meios de a pensar como tal na base da sua própria experiência, de a dominar. Ou por outras palavras: quanto mais ele se toma objectivamente um ser político, tanto mais poderá permanecer subjectivamente despolitizado.

Nestas condições, a sua experiência pessoal toma-se cada vez mais dificilmente transponível à escala da sociedade, permitindo-lhe cada vez menos compreender e formar um juízo nacional sobre o que se passa nessa esfera. E, em breve, torna-se-lhe cada vez mais difícil formar pelos seus próprios meios uma opinião fundamentada acerca dos problemas sociais, uma opinião política.

É-lhe então preciso completar a sua informação por aquela que lhe levam os "especialistas" que trabalham e operam nos jornais, na rádio, na televisão, etc.



Mas estes, enquanto meios de comunicação de massas, estão integrados no sistema social vigente e dominante, que limita o seu alcance e os atrelou às suas directrizes económico-políticas. E como os meios de comunicação de massa ("mass media") são esmagadoramente sustentados pelos interesses das grandes firmas capitalistas, os "media" contribuem para a manutenção deste sistema.

A extensão da influência que os meios de comunicação de massa exercem sobre a sua "plateia" deriva não somente do que é dito (por exemplo, a propaganda efectiva do produto patrocinado) mas, mais significativamente, do que não é dito. Pois estes meios não só continuam a afirmação do "status quo", mas, na mesma medida, deixam de levantar questões essenciais sobre a estrutura da sociedade. Portanto, levando ao conformismo e fornecendo pouca base para uma apreciação crítica da sociedade, os "mass media", patrocinados comercialmente, restringem indirecta mas activamente o desenvolvimento consciente de uma visão genuinamente crítica.

Não se deve, evidentemente, ignorar os artigos de jornal ou programas de rádio, etc., ocasionalmente críticos. Estas excepções, no entanto, são tão raras que ficam perdidas na esmagadora inundação de materiais conformistas. De facto, são os grandes negócios que, nas sociedades capitalistas altamente desenvolvidas, financiam a produção e distribuição dos "mass media". E aquele que paga é quem manda mais.

Face a uma tal organização da propriedade e do controle dos meios de comunicação de massas, estes, servindo a sedimentação da estrutura social vigente, estermem simultaneamente no fundamental, para reforçar os padrões de cultura prevalentes. Ou seja, trabalham muito mais para a manutenção dessa estrutura sócio-cultural do que para a sua modificação.

É o antídoto de Brecht: "Sob o familiar, descobre o insólito. Sob o quotidiano, desvenda o inexplicável. Que todas as coisas ditas habituais vos inquietem. Na regra descobre o abuso. E em qualquer lado onde o abuso se revele, Encontra a solução."



# TRABALHADORES EM LUTA!

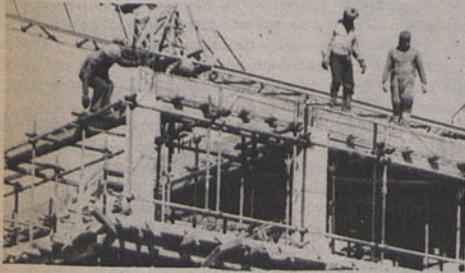
## CONSTRUÇÃO CIVIL os problemas avolumam-se

O sector da construção civil está neste momento a braços com graves problemas, perante os quais os trabalhadores começam a tomar posição, pese embora a direcção reformista que em todas as frentes dirige o processo de luta. Em primeiro plano, e dizendo respeito a todos os trabalhadores do sector, desenrola-se o combate pela conquista de um contrato colectivo vertical, o mesmo que, em Novembro de 75, levou os trabalhadores a concentrarem-se em S. Bento. Agora, passados dois anos e meio, vai realizar-se uma greve de meio-dia (a 18 do corrente) porque os patrões continuam a não querer discutir determinadas cláusulas do CCTV e, depois de tanta negociação em gabinete, a Comissão Sindical Negociadora vem finalmente a alertar os trabalhadores para o perigo que se corre de o contrato vir a ser substituído por uma Portaria, que decreto não destoaria de toda a legislação anti-operária promulgada pelos dois governos constitucionais.

A um nível mais restricto, os trabalhadores da construção civil estão também em luta na J. Pimenta, exigindo fundamentalmente o pagamento de 4 meses de salários em atraso e a transformação da empresa numa firma de capital misto, cuja parte maioritária caberá ao Estado. De acordo com o calendário de luta aprovado, os trabalhadores da J. Pimenta já paralisaram um dia. Tendo-se concentrado, nessa altura em frente do Ministério da Habitação e Obras Públicas, exigindo uma tomada de posição do Governo.

Por último, revestem também especial importância as decisões do Conselho de Ministros relativamente às desinvestimentos nas empresas Xavier de Lima, Grão-Pará, Habitat e Seicla e a declaração de "situação difícil" na J. Pimenta e A. C. Trabalhos de Arquitectura e Construção. O Governo prossegue a sua política de recuperação capitalista, promovendo o regresso dos sabotadores às empresas, mas os trabalhadores não irão dar de mão beijada as conquistas que alcançaram na luta. É pois fundamental que os trabalhadores da construção civil não se deixem "adomecer" nem levar para becos sem saída pelas forças reformistas.

Só unidos e organizados e com uma direcção revolucionária será possível resistir à ofensiva do capital-Governo e avançar para novas conquistas.



## CONSERVEIROS negociações ou greve

Os trabalhadores conserveiros de todo o país fizeram, recentemente, três dias de greve exigindo do Governo e do patronato a negociação da revisão do contrato para aquele sector. Depois desta tomada de posição, o Ministério do Trabalho decidiu-se a convocar uma reunião entre patronato e trabalhadores, mas, confirmando na prática a sua disposição de não negociar, os patrões faltaram.

Marcada nova reunião, para o passado dia 9, e porque os trabalhadores não se limitaram a esperar, tendo, em contrapartida, avançado com uma proposta de greve no caso de o patronato não comparecer, as associações patronais dispuseram-se a negociar.

Entretanto, esta nova atitude não fez desmobilizar os trabalhadores, pois, apesar das negociações, a actualização salarial que propõem ainda não foi aceite. Para evitar perdas de tempo, os conserveiros decidiram já recorrer de novo à greve caso, em período razoável, não se chegar a acordo quanto ao novo documento de contratação colectiva.

## PROFESSORES greve para dia 30

Os professores das zonas Norte, Centro e Grande Lisboa estão em greve no dia 30, continuando a exigir do MEC o direito à negociação não só sobre questões profissionais, mas também sobre a reestruturação do ensino. Como se sabe, os professores já há muito que vêm solicitando uma reunião de trabalho com o responsável pelo MEC, mas este tem-se recusado, preferindo as campanhas na RTP ou os ofícios tomados públicos quase a despropósito e insidiosamente desenquadrados que, para além de nada adiantarem quanto às exigências dos professores, apenas lançam confusão na opinião pública.

No actual processo de luta dos professores é de ressaltar a posição adoptada pela direcção dos professores da zona sul que, vendo derrotada a sua proposta de greve ilimitada, decidiu dessolidarizar-se da decisão que reunia o consenso das 3 restantes direcções sindicais. Com esta atitude radicalista, os docentes do sul fazem, na prática, o jogo do MEC que assim terá campo para explorar e tentar dividir mais os professores.

Contrapondo a estas atitudes divisionistas os professores do resto do País estão a avançar com a criação de uma Federação Nacional que reforçará a participação dos professores nos seus sindicatos por zonas, ao mesmo tempo que será um forte contributo para a unidade do sector docente, permitindo mais facilmente a realização de jornadas comuns.

## FIACÇÃO DE TORRES NOVAS pelo cumprimento da PRT

Os trabalhadores da Fábrica de Fiação de Torres Novas lutam neste momento pelo cumprimento integral da portaria do sector têxtil. Além disso lutam ainda contra a carestia de vida propondo um aumento de 1.500\$00 mensais para todos os trabalhadores para fazer face à recente escalada dos preços.

A unidade demonstrada pelos trabalhadores tem sido uma constante traduzindo-se uma crescente aderência às formas de luta propostas e aceites em plenário.

Até este momento realizaram-se paralizações de 1 hora por turno na segunda, terça e quarta feira, tendo-se realizado um plenário na quinta feira.

## II CONGRESSO TÊXTIL

### APROFUNDAR A VIA DA UNIDADE E LUTA

Não é por acaso que o Sector Têxtil é o único do Movimento Sindical Português a ter até agora realizado Congressos.

Tal facto ultrapassa em significado os Encontros Nacionais realizados noutros sectores geralmente aproveitando situações de luta pelos CCTs.

O significado destes Congressos Têxteis - este é já o 2º - é o de um maior exercício da democracia interna num sector em que como é sabido as posições revolucionárias ainda que minoritárias têm um peso não atingido em qualquer outro sector importante, um sector onde a própria diversidade de expressões político-sindicais - actualmente todas identificadas com a CGTP-IN - tem dado maior vitalidade à vida sindical, um sector onde a palavra unidade ou unitário ganha um significado real.

O sector têxtil, desde a fundação da Intersindical em 1970, faz dela parte integrante é decisiva. Antes do 25 de Abril foi possível fazer eleger direcções representativas dos trabalhadores em sindicatos como os dos Lanifícios de Lisboa, do Norte, da Guarda, da Covilhã e de Castanheira de Pera. Desde logo também estas direcções sindi-

cais se destacaram na maioria dos casos pela defesa de posições consequentes na luta anti-fascista e de fábrica tendo nomeadamente lançado a palavra de ordem da luta pelo salário mínimo nacional adoptada pela Intersindical.

Após o 25 de Abril a maior parte das direcções sindicais foi tomada por elementos afectos à linha reformista hoje maioritária na CGTP-IN, tendo no entanto a influência das posições revolucionárias sido alargada.

Uma política consequente de unidade e luta, um correcto sentido das necessidades de reorganização do Movimento Sindical Português foi posto em prática no sector por influência das posições revolucionárias: no Sul o sindicato dos Lanifícios de Lisboa, dos seus 4000 trabalhadores iniciais, fundiu-se com os Sindicatos Têxtil dos Alfaiates e Costureiras de Lisboa e logo a seguir com os Têxteis de Santarém e os Têxteis de Setúbal constituindo o actual Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, vulgarmente conhecido por Têxteis do Sul que abrange os 7 distritos de Santarém a Faro, que agrupa hoje quase 35 mil sócios!

Neste, decidiu-se intensificar a luta caso não se chegasse a acordo com o patronato na reunião de sexta feira no Ministério do Trabalho. Desta vez serão 2 horas de greve por turno, para mostrar mais uma vez, ao patronato que na luta e na unidade os trabalhadores organizados conseguem impôr as suas justas reivindicações.

## FIANDEIRA MIRENSE contra a baixa de salários

Não satisfeitos com os salários de miséria impostos aos trabalhadores pela portaria do sector, patronato e Governo decidiram através de nova portaria saída em Janeiro reduzir ainda mais o salário dos trabalhadores e tintureiros.

Perante a aplicação desta pela entidade patronal da Fiandeira reagiram os trabalhadores da tinturaria, não aceitando tal afronta. Apoiados pela sua Comissão sindical encontram em greve parcial.

Divulgamos, a seguir, o conteúdo dum cartaz colocado dentro da fábrica:

### EXPLORADOS CONTRA EXPLORADORES À CLASSE OPERÁRIA

Os trabalhadores da tinturaria da Fiandeira estão em greve desde a passada quinta feira, para que a entidade patronal reponha no seu magro salário os 750\$00 que lhes retiravam ao abrigo duma portaria que saiu em 29 de Janeiro de 1978.

Os trabalhadores através da sua Comissão Sindical e da direcção do Sindicato Centro tentaram resolver o problema através do diálogo, tendo os patrões dito sempre que não, o que obrigou os trabalhadores a estar em greve, quinta e sexta feira passada em cada turno e a partir de segunda feira dia 8, greve total ilimitada.

Camaradas, os trabalhadores da fiandeira na sua grande maioria, apoiam os operários da tinturaria. Mas este apoio não basta, eles necessitam também do teu apoio que trabalhas noutra empresa, e na qual vendes a tua força de trabalho em troca de um mísero salário que mal te dá para viver. Enquanto os patrões à nossa custa vivem luxuosamente à grande e à francesa.

Que atitude poderiam tomar os trabalhadores da tinturaria face à diminuição do salário?

Que atitude poderás tu tomar, a não ser incentivá-los na luta?

no Porto e Braga, com uma tradição de luta menor, apesar de combativo, não consegue obter um CCT tão bom como os lanifícios e o Vestuário que organizam grandes jornadas de greves, ocupações e manifestações em época aliás francamente favorável.

A chamada unidade, porém, não morre. Em Julho de 75 realiza-se o Encontro de Ofir onde as posições revolucionárias se expressam nos documentos (aprovados quase por unanimidade pelos sindicalistas presentes) sendo na altura particularmente importante o da Reconversão do sector que motivou a ira do patronato e a oposição velada dos Governos Provisórios.

O I Congresso foi acima de tudo uma vitória da unidade sobre o sectarismo e lançou as bases para a real unidade dos trabalhadores do sector têxtil que nele consagraram a fusão das anteriores Federações numa só, em que se integram hoje todos os sindicatos do sector e estabeleceu um Plano de Acção que consagrou muitas das posições defendidas pela linha revolucionária.

O II Congresso que decorre na Covilhã de 19 a 21 do corrente mês vai aprofundar esta via cujas sementes estão lançadas desde há 8 anos no chão seguro da unidade dos explorados, na prática de um sindicalismo de classe, democrático e de massas.



Desde logo se inicia o aprofundamento do trabalho unitário com o sector têxtil Algodoeiro (e de Malhas) do Norte e Centro que entretanto se agrupava na Federação Têxtil representando cerca de 180 mil trabalhadores.

Esta unidade não é ainda possível em 75, para unificar as lutas contratuais desse ano, embora contra a vontade dos sindicalistas afectos à linha revolucionária. Como consequência, o sector têxtil algodoeiro, 95% concentrado

# Maio 68: um ano que se anunciava calmo...

A maioria obtida nas eleições legislativas de 1967 é escassa. Mas o poder segue a sua política autoritária tendo pela frente uma esquerda política que protesta molemente contra a prática anti-democrática e organiza uma ou outra manifestação, e os sindicatos que chamam a uma ou outra greve geral de 24 horas mas que, nas vésperas de Maio, assinavam despreocupadamente os acordos migalhas que o governo e o patronato se dignavam dar-lhes. No entanto, aqui e ali, à revelia da CGT e do PC, surgem formas de luta desconhecidas até aí: greves em zonas com classe operária recém chegada do campesinato greves com ocupações, etc.



Além disso toda a sociedade revela uma crise latente: são os reflexos da guerra da Argélia; a revolta da juventude sensibilizada pelas ideias do "Che" na América Latina, pela guerra do Vietnam, pela causa do povo da Palestina, pela experiência não Stalinista da Checoslováquia; é a crise da Escola onde as novas gerações de estudantes começam a dar-se conta do desemprego que os espera à saída, dos "ghettos" em que são fechados durante os

anos de estudos, como a recém construída Faculdade de Nanterre, que tem mais semelhanças com um campo de refugiados do que com uma 'casa de cultura'.

E é em Nanterre que se cria o movimento 22 de Março na sequência de um mal-estar que se vem sentindo, da recusa do enquadramento nos movimentos estudantis reformistas, da capacidade descoberta de pôr em causa um sistema e uma sociedade podre. A 2 de Maio Nanterre é fechada e o rastilho está ateado. A 3 é a velha Sorbonne que é ocupada e os estudantes agredidos por forças policiais que parecem decididas a reprimir uma insurreição que, de momento, só existe na cabeça dos comandantes da polícia...

Entretanto o poder sabe que pode contar com o enquadramento dos trabalhadores pelos sindicatos e pelo "partido histórico" da classe operária. Marchais escreve no Humanité: "Como sempre, quando se afirma a união dos trabalhadores e das forças democráticas (referência à manifestação do 1º de Maio organizada pela CGT) os grupúsculos esquerdistas agitam-se... neste caso é na Universidade de Nanterre onde algumas centenas de estudantes se uniram no movimento 22 de Março dirigido pelo anarquista alemão Cohn-Bendit... Um dos mentores ideológicos destes esquerdistas é o filósofo al emão Herbert Marcuse, que vive nos Estados Unidos".

Mas a polícia continua a carregar, os estudantes são cada vez mais numerosos nas manifestações em Paris e depois um pouco por toda a

França. As palavras de ordem politizam-se: "Estudantes, Trabalhadores, Solidários", é frequentemente gritado nas manifestações. O sindicato dos professores universitários decreta greve geral e estes vêm engrossar as filas de manifestantes. Começa a haver barricadas nas ruas do Quartier Latin e, as greves começam a surgir, os seqüestros de direcções de empresa, as ocupações de locais de trabalho.



Os sindicatos são completamente ultrapassados e o poder assusta-se. O Governo fica paralizado. O clima pré-insurreccional parece criado. E embora Pompidou, 1º Ministro, decida negociar, obtendo do patronato a autorização para prometer aumentos de salários e outras regalias, quando os sindicatos tentam pôr fim ao movimento que paraliza o país com 10 milhões de trabalhadores em greve, estes não aceitam. Parece o princípio do fim do regime. Uma nova Comuna. Mas os estudantes sabem que não poderão ser eles a dirigir o movimento revolucionário que se está a criar. Eles deram o primeiro empurrão. Agora há que encontrar a saída política alternativa a um poder que pa-

rece prestes a cair. Mas a coordenação não existe, os sindicatos e os partidos da esquerda adoptam uma atitude de recuo, os movimentos revolucionários trotsquistas ou maoístas, embora toquem sectorialmente algumas camadas operárias mais jovens não conseguem assumir a direcção política indispensável. A organização de base dos trabalhadores é incipiente.

A burguesia rural começa a reagir. O exército não foi atingido pela onda que sacudiu as outras instituições e é a ele que De Gaulle sabe poder recorrer. Jogando na desmobilização que se começa a fazer sentir, dissolve a Assembleia Nacional e vai contactar o seu amigo Massu, comandante das tropas francesas estacionadas na Alemanha. Há taques a postos a menos de 40 Km de Paris. E um milhão de manifestantes na rua que apoiam o chefe. E greves que continuam por mais uns dias ou umas semanas.

De Gaulle (que nas suas memórias diria: "Em Maio/68 tudo me fugiu das mãos") sabia só ter ainda uma saída: a convocação de eleições, cujos resultados iriam dar uma vitória estrondosa à direita. E a crise resolve-se, portanto, mediante o seu deslocamento para o campo político burguês.

Mas Maio foi um marco fundamental para a luta dos trabalhadores franceses. Eles perceberam a sua força e, embora o enquadramento sindical e do partido revisionista tenha recuperado as suas posições, as lutas depois de Maio de 68 reflectem a experiência adquirida, o caminho percorrido. E a esquerda revolucionária surgiu como um polo alternativo assim como toda uma série de frentes de luta impensáveis antes daquela data: mulheres, ecologia, anti-militarista, anti-nuclear, soldados, etc.



## PORQUÊ A MORTE DE MORO?

Muito se tem falado nos últimos tempos nos atentados terroristas das Brigadas Vermelhas em Itália. A maioria dos comentários da imprensa ataca furiosamente a sua acção, aproveitando a oportunidade para lançar uma campanha contra os comunistas e revolucionários, tentando fazer esquecer que o bombardeio e o terrorismo se apresentam geralmente (e passada a época dos terrorismos dos anarquistas) como instrumentos utilizados pela direita, em especial pelos fascistas.

O MES, em comunicado distribuído por ocasião da morte de Aldo Moro, tomou pública a sua posição que é a de condenar esse tipo de acções, essa "violência desligada das massas" sem contudo, como é evidente, condenar o uso da violência revolucionária onde e quando ela se apresenta como factor positivo no desenvolvimento da luta de classes. O que não há dúvida para o MES — e para qualquer observador de bom senso — é que as acções das BRIGADAS VERMELHAS não se confundem com essa violência revolucionária, antes são uma sua trágica caricatura que, independentemente de considerarmos as BV como de direita ou de esquerda) faz o jogo do capital e da burguesia, criando condições para que a burguesia lance mão de novos instrumentos repressivos que irá fazer abater sobre a classe operária e os trabalhadores.

Mas a condenação da acção das BV não basta, antes importa reflectir um pouco sobre a sua origem e sobre o porquê da sua existência.

As BV nasceram numa Itália que é considerada pelos restantes países da CEE como "um país doente". É que nela coexistem (como em qualquer outro país mas aqui de modo explosivo) os sintomas de uma crise económica juntamente com os de uma crise ao nível social, político e institucional.

Abandonadas as veleidades "desenvolvimentistas" dos anos 70 a Itália encontra-se dividida em duas zonas económicas, de tal maneira diferenciadas que pouco parecem ter em comum. Um "Mezzogiorno" (Sul) sub-desenvolvido principalmente agrícola e onde as populações vivem em estado miserável e uma "Itália do Norte" dominada pelas fábricas das grandes monopólios como a FIAT, mais ao gosto da "Europa conosco" mas nem por isso menos mergulhada numa profunda crise. O desemprego assume proporções muito elevadas, a situação dos operários tem-se visto agravada pelo aumento do custo de vida, insegurança e pela atitude dos sindicatos que têm vindo a desistir, nos últimos tempos, de reivindicações caras à classe operária italiana e cuja não adopção irá custar mais sacrifícios aos trabalhadores.

Então finalmente na "esfera do poder" (embora arredado ainda do aparelho do Estado) o PCI exalta, buscando convencer os seus "votantes" das alegrias da via "eurocomunista para o poder". No entanto para uma parte significativa dos trabalhadores italianos apresenta-se claro que o sistema político caminha por um impasse e que as instituições que falam em "nome do povo italiano" estão cada vez mais afastadas destes, são cada vez mais incapazes de lhe dar resposta, de traduzir politicamente os seus anseios, as suas necessidades, de traduzir, ao fim e ao cabo, a luta de classes que se trata no país.

É perante este quadro que toma forma o fenómeno das BV. A incapacidade das instituições político burguesas, dos partidos e dos sindicatos para oferecer uma saída válida ao descontentamento, a certeza que o jogo político não traduz a nível institucional a luta de classes, a própria violência fascista presente desde sempre na sociedade italiana, a crise profunda da sociedade italiana — criam um terreno próprio ao aparecimento das Brigadas, formadas por elementos oriundos de sectores radicais pequeno-burgueses, com provavelmente algum apoio em sectores operários cuja acção será apenas aproveitada por aqueles que os manipulam no sentido de criar condições psicológicas (ambiente de "guerra civil") para avançarem mais um passo na sua escalada repressiva contra os trabalhadores, escalada tão necessária à recuperação económica... capitalista.

De facto, a "união sagrada anti-terrorista" que daí acaba de resultar, incluindo até forças com fortes posições no movimento operário, vem tão só ressaltar um pretensamente desprotegido Estado (que se pretendia o alvo a atingir) que então buscará reforçar-se ainda mais, tal como agora em Itália acontece, mediante a aprovação de medidas repressivas (buscas, prisões sem mandado, etc.) que até hoje o próprio Parlamento não conseguira ainda aprovar.

Saliente-se, no entanto, e a terminar, que a crise do capitalismo italiano também traz consigo, ao invés, consequências bem mais positivas aos olhos dos revolucionários. Trata-se de uma reorganização a nível político, traduzida num movimento de fusões e reestruturação organizativa da esquerda revolucionária italiana, que assim se encontra agora em melhores condições para responder aos desafios do futuro e ao crescendo da luta de classes.

# CGTP: POR UMA FRENTE DE ACÇÃO JURÍDICA

No fim-de-semana de 13/14 de Maio, realizou-se em Lisboa, sob a égide da CGTP-IN, o Encontro Nacional sobre o Direito do Trabalho e Perspectivas de acção jurídica do Movimento Sindical.

Reunindo cerca de 500 participantes, dirigentes sindicais, funcionários técnicos advogados e consultores jurídicos e alguns magistrados e professores de Direito convidadas, este Encontro vem revelar a importância da frente de acção jurídica do Movimento Sindical Unitário na luta dos trabalhadores contra a opressão e exploração capitalista.

Com efeito, perante a nova fase de luta de classes que se vive em Portugal depois do 25 de Novembro, perante a crescente ofensiva do patronato e da burguesia, perante a gravosa submissão ao imperialismo, importa dar o maior relevo à actividade jurídica do Movimento Sindical, na luta quotidiana que trava contra os processos disciplinares e os des-

pedimentos sem justa causa, contra o não cumprimento dos CCT's, contra as violações das liberdades sindicais, etc.

Embora, a frente de acção jurídica, combata no terreno e com os instrumentos escolhidos pelo inimigo de classe (os patrões e o seu governo) — e deva ser sempre afirmado que é na luta de massas que mais eficazmente os trabalhadores conseguem defender os seus interesses e as suas conquistas — seria um grave erro, próprio do radicalismo pequeno-burguês, menosprezar a utilização dos meios jurídicos pelos trabalhadores.

A Constituição da República, consagra muitas das conquistas impostas pelo movimento popular no processo que decorreu do 25 de Abril ao 25 de Novembro: é fundamental assim, neste contexto, lutar pela defesa das disposições constitucionais que reflectem as vitórias dos trabalhadores (direito ao trabalho, proibição dos despedimentos sem justa

causa, direito à greve, livre exercício da actividade sindical, etc.) e que são ostensivamente ignoradas e violadas pelo Governo e pela burguesia.

A correcta definição dos princípios pelos quais se deve



reger a frente de acção jurídica — sob a orientação dos órgãos competentes do Movimento

Sindical Unitário no quadro de um sindicalismo unitário, democrático, independente de massas e de classe — não será suficiente, para o êxito deste combate, se não for acompanhada da reestruturação do Movimento Sindical. Quer isto dizer, que se não se acelerar o processo de verticalização do movimento sindical, atacando corajosamente a estrutura horizontal-profissional herdada do fascismo-corporativista, a actual organização da frente de acção jurídica, apesar dos progressos realizados, não poderá dar resposta, nem sequer parcial, à avalanche da ofensiva burguesa.

Para os revolucionários, que mais uma vez estiveram na primeira linha deste combate, nomeadamente através da elaboração de comunicações e na organização dos trabalhos, trata-se também, neste terreno, de organizar a resistência dos trabalhadores para o relançamento da ofensiva.

# SITUAÇÃO MILITAR

## o «documento Charais»

A propósito do chamado "Documento Charais" a direita intensificou novamente o seu ataque ao CR e mais concretamente ao que chama de conselheiros "Meloantunistas".

A necessidade para a direita de desencadear agora tal ataque está intimamente relacionada com as declarações proferidas no jantar comemorativo do 25 de Abril por vários conselheiros da revolução e no apoio que as mesmas tiveram por parte de oficiais dos três ramos das Forças Armadas. Essas declarações, conforme relatámos no último número do PP, foram no sentido de que o CR tudo faria para cumprir a sua missão de garante do espírito de Abril e da Constituição. O apoio que tais declarações tiveram não só nos oficiais presentes mas também de muitos que não compareceram — e que permite afirmar que a maior parte dos oficiais de patente mais baixa ou mesmo intermédia se mostraram solidários com o seu espírito — se não assustou, pelo menos contrariou bastante a direita e o seu projecto. Daí a necessidade desta em encontrar um pretexto adequado para renovar os ataques ao CR.



O pretexto, um texto de trabalho apresentado por Charais há mais de um mês (7 de Abril) foi cuidadosamente escolhido e "tratado" pelas forças mais reacçãoárias, militares e civis, com o objectivo evidente de travar toda e qualquer iniciativa que o CR tome dentro das suas atribuições constitucionais.

O "Documento Charais" não propõe mais que uma forma de dar sequência ao preceito constitucional que atribui ao CR competência para legislar sobre a organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas (artigo 148º da Constituição).

Para além de qualquer análise crítica do citado documento, ou da sua oportunidade, pode-se afirmar desde já que ele em nada contraria a Constituição. Poderá quanto muito entrar em contradição com o famoso projecto de Lei da Defesa Nacional da autoria de Firmino Miguel ou com as teorias expostas por Loureiro dos Santos nos seus artigos, que ao retirarem ao CR qualquer papel autónomo de intervenção político-militar, vêm, estes sim, contrariar o espírito de Abril e a Constituição.

# GOVERNO ATACA O SAAL

Pela mão do Governo PS/CDS, cedendo às exigências do FMI e das forças mais reacçãoárias poderosamente representadas nos organismos de política habitacional desde o Ministro Eduardo Pereira, uma nova medida se prepara, apontada contra as camadas do povo português que vivem em condições mais desumanas — a terceira e última fase da extinção das Operações/SAAL.

Até ao despacho do MAI/MMUC de Outubro 76, o ataque das forças reacçãoárias às Operações/SAAL fazia sentir-se apenas através de entraves silenciosos mas eficazes da burocracia estatal ao andamento dos processos de expropriações, à aprovação dos projectos, à definição de leis bem definidas para o prosseguimento e financiamento das Operações.

Com o despacho de Outubro de 76, envolvido por uma campanha caluniosa por parte do então Ministro que não conseguiu que a famosa "sindicância" provasse as suas afirmações, inicia-se a segunda fase do ataque, com a passagem da coordenação legal das Operações para as Câmaras; assim se permitiu que muitas câmaras extinguissem as Operações ou as integrassem na rotina e nos impasses tradicionais de serviços separados das populações; assim se possibilitou, ao mesmo tempo, que, com as mãos aparentemente limpas e protegido das pressões das organizações populares, o aparelho de Estado central, e particularmente, o (Fundo de Fomento da Habitação), entidade financiadora, pudessem ir sabotando o financiamento às Associações e Cooperativas, estabelecendo processos de concessão dos empréstimos cada vez mais burocratizados e exigentes. Como resultado desta política, o FFH pôde passar de 292.000 contos gastos com o SAAL em 1976 para 30.000 em 1977. Como re-

sultado da falta de apoio do Governo que, face à duplicação dos preços de construção desde 75, não actualizou as condições de financiamento, (como fez para outros Programas) passou-se de Operações anteriormente viáveis para preços completamente in suportáveis para as populações dos bairros de lata e degradados.

Assim se criam os pretextos para mais uma "reconversão" que se prepara. O desenvolvimento limitado dos novos bairros, devido aos boicotes do FFH e de várias Câmaras, será apresentado publicamente como prova da "ineficácia da Operação". A inviabilidade do actual processo de

financiamento será confundida com a inviabilidade do alvo político central do ataque — a organização popular das Associações e Cooperativas de Moradores, que se baseia no processo SAAL, em apoios financeiros e legislação específica que favorece o controle pelas populações de todas as fases da edificação dos novos bairros e da sua gestão.

Confiado nesta manobra de intoxicação da opinião pública, o decreto em preparação vem estabelecer para as Associações e Cooperativas do SAAL as mesmas condições de financiamento das Cooperativas de Habitação Económica. Pretende-se assim "esquecer" que, enquanto as populações abrangidas do SAAL são moradores de bairros de lata e degradados com um rendimento médio individual pouco superior a 2.000\$00 mensais, os

sócios das CHE's, embora também carenciados são uma população mais diversificada, tendo por isso um rendimento médio individual significativamente superior da ordem dos 3.800\$00 mensais.

Com este decreto nenhuma Associação ou Cooperativa de Moradores do SAAL poderá iniciar mais nenhuma obra. Com este decreto impedem-se as populações mais carenciadas de prosseguirem a via associativo-cooperativista expressamente apoiada pela Constituição.

E a resposta a esta situação já a estão a dar muitas Associações e Cooperativas: a única maneira de fazer com que continuem as Operações SAAL é elevar o subsídio a fundo perdido, manter as taxas de juro e fazer com que a amortização dos empréstimos seja em prestações progressivas.

Esta luta dos moradores pobres não está isolada, mas é preciso que aqueles que são vítimas das desocupações, aqueles que vivem em partes de casa ou em casas velhas e superlotadas, aqueles que esperam há longos anos pelos concursos para bairros do Estado, aqueles que não encontram rendas compatíveis com os seus rendimentos, assim como os membros progressistas das autarquias ou os técnicos progressistas do aparelho de Estado, saibam compreender que esta é apenas uma das graves medidas de política habitacional que se preparam e que só na unidade dos que lutam por uma habitação digna se poderá encontrar a força para responder hoje à extinção do SAAL, amanhã aos problemas de financiamento às CHE's, às desocupações e à fúria lei das rendas.

## EM TRIBUNAL A CM DE ARCA D'ÁGUA (PORTO)

A Comissão de Moradores da Zona de Arca d'Água corre o risco de, no dia 10 de Maio, 10 dos seus elementos apanharem de 2 a 8 anos de prisão. E porquê? Foi por roubarem? Por pôrem bombas? Por serem vigaristas? NÃO! É por terem lutado pelo direito à habitação. Por terem ocupado 3 "baracos" para abrigar 3 famílias que estavam à chuva, devido a uma ordem de despejo em Costa Cabral. Duas dessas famílias eram retomadas e tinham 4 filhos cada, alguns de coló.

Cabe referir que a autora do processo, a senhoria fascista Ana Dias Cruz sempre foi uma grande inimiga da Comissão, mas só quando houve o 25 de Novembro é que ela decidiu meter a Comissão em tribunal. Mas os seus membros sabem que este órgão é um órgão de moradores pobres, um órgão conquistado pelo 25 de Abril e estão dispostos a defendê-lo até ao fim.

Neste processo estão envolvidas cerca de 100 pessoas, entre réus e testemunhas. Todos estes moradores estão na disposição de defender a Comissão de Moradores, de defender esta conquista do 25 de Abril.

Foi feito um apelo a todas as Comissões de moradores do país para que se unam na defesa dos moradores pobres contra o fascismo e se solidarizem com a Comissão nesta importante luta.

## O REGRESSO DO TOMÁS

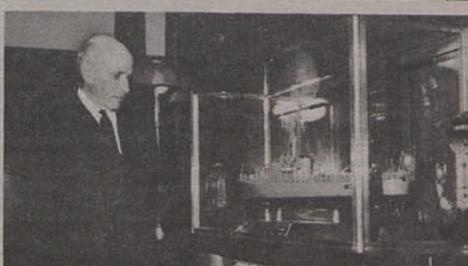
folhetim em muitos capítulos...



1. Como? Já posso regressar? Muito obrigado Sr. Presidente!



2. Alegremo-nos! Eu não dizia que nada tive a ver com o regime de deposto?



3. E descongelaram-me finalmente as contas bancárias! Apre! Cheguei a pensar que ficava a ver navios...



4. Esta notícia será um poderoso incentivo para as forças que, no meu país, se batem contra o "perigo democrático"



5. Sei que poderei contar com todos os que sempre me apoiaram!



6. Regressa, regressa ... que a gente cá te espera!